







(artigo 4.º do Decreto-lei n.º 14/2014, de 22 de janeiro)

Os dados recolhidos são processados automaticamente e destinam-se à gestão dos processos relativos ao regime jurídico das incompatibilidades dos membros das comissões, de grupos de trabalho, de júris de procedimentos pré-contratuais, e consultores que apoiam os respetivos júris, ou que participam na escolha, avaliação, emissão de normas e orientações de caráter clínico, elaboração de formulários, nas áreas do medicamento e do dispositivo médico no âmbito dos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde, independentemente da sua natureza jurídica, bem como dos serviços e organismos do Ministério da Saúde. O seu preenchimento é obrigatório. Os titulares dos dados podem aceder à informação que lhes respeite e solicitar por escrito, junto da estabelecimento, serviço ou organismo, no qual a comissão, o grupo de trabalho ou o júri funcione, a sua atualização e correção. Os dados recolhidos são publicados na página eletrónica do estabelecimento, serviço ou organismo, no qual a comissão, o grupo de trabalho ou o júri funcione, devendo ser atualizado no início de cada ano civil e conservadas na página eletrónica da entidade durante o período de funcionamento da comissão, do grupo de trabalho ou do júri.

1. Identifica	ação da pessoa qu	ie se encontra	abrangida pelo objeto do Decreto-lei n.º14/2014, de 22 de janeiro (artigo 1.º
Nome:	Wenvel	Vergo	60nsale3

2. Identificação da situação que se encontra inserida no âmbito do Decreto-lei n.º 14/2014, de 22 de janeiro (artigo 2.º) Identificação da situação: ponto 1, alínea b) artigo 2º

Identificação do Estabelecimento, serviço ou organismo onde se verifica a situação: ULSAM

Duração da situação (início/fim): 02-janeiro-2025 a 31- dezembro-2025

3. Observações:

4. Declaração
Declaro não estar abrangido pelas incompatibilidades previstas no artigo 3.º do Decreto-lei n.º14/2014, de 22 de janeiro.
Janen o.
Não exerço funções remuneradas, regular ou ocasionalmente, em empresas produtoras, distribuidoras ou vendedoras de medicamentos ou dispositivos médicos.
Entende-se por exercício de funções em tais empresas a prossecução direta do atribuiçãos conforma a la conforma de la conforma
The state of the s
- Samuel a person mesmas, mem a participação em ensaios clinicos ou estudos científicos no âmbito da rocactiva estada de
Não sou proprietário nem detenho interesses na propriedade de empresas produtoras, distribuídoras ou vendedoras de medicamentos ou dispositivos médicos.
Entende-se por propriedade e detenção de interesses na propriedade de tais empresas a titulo de de de la la compresa a titulo de de la compresa a titulo de
as designed interesses contracted by the same permission of the same
terrorina di cia da por interposta pessoa.
Não sou membro de órgão social de sociedade científica, associação ou empresa privada, as quais tenham
A l'recession infanciamento de empresa produtora, distribuidora ou vendedora de modicamentos que discussivi
medicos, em media, por cada ano, num periodo de tempo considerado até cinco anos anteriores, num valor
total superior a 30 000 EDK.
Entende-se como membro de órgão social o que se encontrar em efetividade de funções, com mandato não suspenso. Não se entende em efetividade de funções o membro de órgão social que tenha expressamente renunciado ao cargo e notificado formalmente em conformidade a sociedade ou associação que integra. Não estão abrangidas as situações relativas a associações públicas profissionais.
and the state of t
pecuniária, que não seja, formal e expressamente, por via de contratualização ou meio equivalente, dirigida à realização dos fins próprios da sociedade, associação ou empresa, para investigação, ensaios clínicos, estudos científicos, nomeadamente epidemiológicos.

(O aqui declarado não prejudica a aplicação do regime de incompatibilidades, impedimentos e inibições previsto nas disposições reguladoras de conflitos de interesses resultantes do exercício de funções públicas, nomeadamente quanto a garantias de imparcialidade previstas na Lei 12-A/2008 de 27 de fevereiro e no Código do Procedimento Administrativo, bem como, quando aplicável, não prejudica a declaração de interesses dos profissionais de saúde exigida em situações específicas de apreciação casuística e o cumprimento das obrigações de transparência e publicidade previstas no Estatuto do Medicamento, aprovado pelo DL 176/2006, de 30 de agosto, na versão atual)

Viana do Castelo, 2 de janeiro de 2025 Marmel Verge Constea









(artigo 4.º do Decreto-lei n.º 14/2014, de 22 de janeiro)

Os dados recolhidos são processados automaticamente e destinam-se à gestão dos processos relativos ao regime jurídico das incompatibilidades dos membros das comissões, de grupos de trabalho, de júris de procedimentos pré-contratuais, e consultores que apoiam os respetivos júris, ou que participam na escolha, avaliação, emissão de normas e orientações de caráter clínico, elaboração de formulários, nas áreas do medicamento e do dispositivo médico no âmbito dos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde, independentemente da sua natureza jurídica, bem como dos serviços e organismos do Ministério da Saúde. O seu preenchimento é obrigatório. Os titulares dos dados podem aceder à informação que lhes respeite e solicitar por escrito, junto da estabelecimento, serviço ou organismo, no qual a comissão, o grupo de trabalho ou o júri funcione, a sua atualização e correção. Os dados recolhidos são publicados na página eletrónica do estabelecimento, serviço ou organismo, no qual a comissão, o grupo de trabalho ou o júri funcione, devendo ser atualizado no início de cada ano civil e conservadas na página eletrónica da entidade durante o período de funcionamento da comissão, do grupo de trabalho ou do júri.

1. Identifica	ição da pe	essoa	que se encont	ra abrang	ida pelo o	bjeto do Deci	reto-lei n.º14/2014,	de 22 de ianeiro	(artiao 1.º)
							CATTEL BOOK &		(/

2. Identificação da situação que se encontra inserida no âmbito do Decreto-lei n.º 14/2014, de 22 de janeiro (artigo 2.º) Identificação da situação: ponto 1, alínea b) artigo 2º

Identificação do Estabelecimento, serviço ou organismo onde se verifica a situação: ULSAM

Duração da situação (início/fim): 02-janeiro-2025 a 31- dezembro-2025

3. Observações:

4. Declaração

epidemiológicos.

Declaro não estar abrangido pelas incompatibilidades previstas no artigo 3.º do Decreto-lei n.º14/2014, de 22 de
janeiro.
Não exerço funções remuneradas, regular ou ocasionalmente, em empresas produtoras, distribuidoras ou vendedoras de medicamentos ou dispositivos médicos.
Entende-se por exercício de funções em tais empresas a prossecução direta de atribuições conforme o objeto social ou a atividade
económica da respetiva entidade. Não se considera exercício de funções em tais empresas a preleção em palestras ou conferências
organizadas pelas mesmas, nem a participação em ensaios clínicos ou estudos científicos no âmbito da respetiva atividade.
Não sou proprietário nem detenho interesses na propriedade de empresas produtoras, distribuidoras ou
vendedoras de medicamentos ou dispositivos medicos.
Entende-se por propriedade e detenção de interesses na propriedade de tais empresas a titularidade de quaisquer participações
sociais ou de quaisquer interesses com expressão pecuniária, acessíveis ou resultantes do respetivo objeto social ou atividade
económica, de forma direta ou por interposta pessoa.
Não sou membro de órgão social de sociedade científica, associação ou empresa privada, as quais tenham
χ recebido financiamento de empresa produtora, distribuidora ou vendedora de medicamentos ou dispositivos
médicos, em média, por cada ano, num período de tempo considerado até cinco anos anteriores, num valor
total superior a 50 000 EUR.
Entende-se como membro de órgão social o que se encontrar em efetividade de funções, com mandato não suspenso. Não se entende em efetividade de funções o membro de órgão social que tenha expressamente renunciado ao cargo e notificado formalmente em
conformidade a sociedade ou associação que integra. Não estão abrangidas as situações relativas a associações públicas profissionais.
Entende-se como financiamento, toda a cantação de recursos que origine fluvo financiamento, do bons ou ventagado acardação de recursos que origine fluvo financiamento.

(O aqui declarado não prejudica a aplicação do regime de incompatibilidades, impedimentos e inibições previsto nas disposições reguladoras de conflitos de interesses resultantes do exercício de funções públicas, nomeadamente quanto a garantias de imparcialidade previstas na Lei 12-A/2008 de 27 de fevereiro e no Código do Procedimento Administrativo, bem como, quando aplicável, não prejudica a declaração de interesses dos profissionais de saúde exigida em situações específicas de apreciação casuística e o cumprimento das obrigações de transparência e publicidade previstas no Estatuto do Medicamento, aprovado pelo DL 176/2006, de 30 de agosto, na versão atual)

pecuniária, que não seja, formal e expressamente, por via de contratualização ou meio equivalente, dirigida à realização dos fins próprios da sociedade, associação ou empresa, para investigação, ensaios clínicos, estudos científicos, nomeadamente

Viana do Castelo, 2 de janeiro de 2025





SAŬDE





DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADES

(artigo 4.º do Decreto-lei n.º 14/2014, de 22 de janeiro)

Os dados recolhidos são processados automaticamente e destinam-se à gestão dos processos relativos ao regime jurídico das incompatibilidades dos membros das comissões, de grupos de trabalho, de júris de procedimentos pré-contratuais, e consultores que apoiam os respetivos júris, ou que participam na escolha, avaliação, emissão de normas e orientações de caráter clínico, elaboração de formulários, nas áreas do medicamento e do dispositivo médico no âmbito dos estabelecimentos e serviços do Serviços do Serviços Nacional de Saúde, independentemente da sua natureza jurídica, bem como dos serviços e organismos do Ministério da Saúde. O seu preenchimento é obrigatório. Os titulares dos dados podem aceder à informação que lhes respeite e solicitar por escrito, junto da estabelecimento, serviço ou organismo, no qual a comissão, o grupo de trabalho ou o júri funcione, a sua atualização e correção. Os dados recolhidos são publicados na página eletrónica do estabelecimento, serviço ou organismo, no qual a comissão, o grupo de trabalho ou o júri funcione, devendo ser atualizado no início de cada ano civil e conservadas na página eletrónica da entidade durante o período de funcionamento da comissão, do grupo de trabalho ou do júri.

 Identificação da pessoa que se encontra abrangida pelo objeto do Decreto-lei n.º14/2014, de 22 de janeiro (artigo 1.º Nome: Cristina Alexandra Aniena Afonso Vieito Identificação da situação que se encontra inserida no âmbito do Decreto-lei n.º 14/2014, de 22 de janeiro (artigo 2.º) Identificação da situação: ponto 1, alínea b) artigo 2º
Identificação do Estabelecimento, serviço ou organismo onde se verifica a situação: ULSAM
Duração da situação (início/fim): 02-janeiro-2025 a 31- dezembro-2025
3. Observações:
4. Declaração Declaro não estar abrangido pelas incompatibilidades previstas no artigo 3.º do Decreto-lei n.º14/2014, de 22 de janeiro. Não exerço funções remuneradas, regular ou ocasionalmente, em empresas produtoras, distribuidoras ou
vendedoras de medicamentos ou dispositivos médicos. Entende-se por exercício de funções em tais empresas a prossecução direta de atribuições conforme o objeto social ou a atividade económica da respetiva entidade. Não se considera exercício de funções em tais empresas a preleção em palestras ou conferências organizadas pelas mesmas, nem a participação em ensaios clínicos ou estudos científicos no âmbito da respetiva atividade. Não sou proprietário nem detenho interesses na propriedade de empresas produtoras, distribuidoras ou vendedoras de medicamentos ou dispositivos médicos. Entende-se por propriedade e detenção de interesses na propriedade de tais empresas a titularidade de quaisquer participações sociais ou de quaisquer interesses com expressão pecuniária, acessíveis ou resultantes do respetivo objeto social ou atividade económica, de forma direta ou por interposta pessoa. Não sou membro de órgão social de sociedade científica, associação ou empresa privada, as quais tenham
médicos, em média, por cada ano, num período de tempo considerado até cinco anos anteriores, num valor total superior a 50 000 EUR.
Entende-se como membro de órgão social o que se encontrar em efetividade de funções, com mandato não suspenso. Não se entende em efetividade de funções o membro de órgão social que tenha expressamente renunciado ao cargo e notificado formalmente em conformidade a sociedade ou associação que integra. Não estão abrangidas as situações relativas a associações públicas profissionais. Entende-se como financiamento, toda a captação de recursos que origine fluxo financeiro, de bens ou vantagens com expressão pecuniária, que não seja, formal e expressamente, por via de contratualização ou meio equivalente, dirigida à realização dos fins próprios da sociedade, associação ou empresa, para investigação, ensaios clínicos, estudos científicos, nomeadamente epidemiológicos.
(O aqui declarado não prejudica a aplicação do regime de incompatibilidades, impedimentos e inibições previsto nas disposições reguladoras de conflitos de interesses resultantes do exercício de funções públicas, nomeadamente quanto a garantias de imparcialidade previstas na Lei 12-A/2008 de 27 de fevereiro e no Código do Procedimento Administrativo, bem como, quando aplicável, não prejudica a declaração de interesses dos profissionais de saúde exigida em situações específicas de apreciação casuística e o cumprimento das obrigações de transparência e publicidade previstas no Estatuto do Medicamento, aprovado pelo DL 176/2006, de 30 de agosto, na versão atual)
Viana do Castelo, 2 de janeiro de 2025
(Assinatura)







(artigo 4.º do Decreto-lei n.º 14/2014, de 22 de janeiro)

Os dados recolhidos são processados automaticamente e destinam-se à gestão dos processos relativos ao regime jurídico das incompatibilidades dos membros das comissões, de grupos de trabalho, de júris de procedimentos pré-contratuais, e consultores que apoiam os respetivos júris, ou que participam na escolha, avaliação, emissão de normas e orientações de caráter clínico, elaboração de formulários, nas áreas do medicamento e do dispositivo médico no âmbito dos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde, independentemente da sua natureza jurídica, bem como dos serviços e organismos do Ministério da Saúde. O seu preenchimento é obrigatório. Os titulares dos dados podem aceder à informação que lhes respeite e solicitar por escrito, junto da estabelecimento, serviço ou organismo, no qual a comissão, o grupo de trabalho ou o júri funcione, a sua atualização e correção. Os dados recolhidos são publicados na página eletrónica do estabelecimento, serviço ou organismo, no qual a comissão, o grupo de trabalho ou o júri funcione, devendo ser atualizado no início de cada ano civil e conservadas na página eletrónica da entidade durante o período de funcionamento da comissão, do grupo de trabalho ou do júri.

1. Identific	ação da pessoa	que se encontra al	orangida	pelo objet	o do Decreto-l	lei n.º14/2014, de 22	de implue /
Nome:	EMILIA	PERGha	80	REGO	LACTE	iei ii14/2014, de 22	de Janeiro (artigo 1.º/

2. Identificação da situação que se encontra inserida no âmbito do Decreto-lei n.º 14/2014, de 22 de janeiro (artigo 2.º) ldentificação da situação: ponto 1, alínea b) artigo 2º

Identificação do Estabelecimento, serviço ou organismo onde se verifica a situação: ULSAM

Duração da situação (início/fim): 02-janeiro-2025 a 31- dezembro-2025

3. Observações:

4. Declaração
Declaro não estar abrangido pelas incompatibilidades previstas no artigo 3.º do Decreto-lei n.º14/2014, de 22 de janeiro.
Não exerço funções remuneradas, regular ou ocasionalmente, em empresas produtoras, distribuidoras o vendedoras de medicamentos ou dispositivos médicos.
Entende-se por exercício de funções em tais empresas a prossecução direta de atribuições conforme o objeto social ou a ativida económica da respetiva entidade. Não se considera exercício de funções em tais empresas a preleção em palestras ou conferêncio organizadas pelas mesmas, nem a participação em ensaios clínicos ou estudos científicos no âmbito da respetiva atividade. X Não sou proprietário nem detenho interesses na propriedade de empresas produtoras, distribuidoras o vendedoras de medicamentos ou dispositivos médicos. Entende-se por propriedade e detenção de interesses na propriedade de tais empresas a titularidade de quaisquer participações sociais ou de quaisquer interesses com expressão pecuniária, acessíveis ou resultantes do respetivo objeto social ou atividade económica, de forma direta ou por interporta passos.
an eta da por litter posta pessoa.
Não sou membro de órgão social de sociedade científica, associação ou empresa privada, as quais tenhar recebido financiamento de empresa produtora, distribuidora ou vendedora de medicamentos ou dispositivo médicos, em média, por cada ano, num período de tempo considerado até cinco anos anteriores, num valo total superior a 50 000 EUR.
Entende-se como membro de órgão social o que se encontrar em efetividade de funções, com mandato não suspenso. Não se entend em efetividade de funções o membro de órgão social que tenha expressamente renunciado ao cargo e notificado formalmente er conformidade a sociedade ou associação que integra. Não estão abrangidas as situações relativas a associações públicas profissionais Entende-se como financiamento, toda a captação de recursos que origine fluxo financeiro, de bens ou vantagens com expressão pecuniária, que não seja, formal e expressamente, por via de contratualização ou meio equivalente, dirigida à realização dos fin próprios da sociedade, associação ou empresa, para investigação, ensaios clínicos, estudos científicos, nomeadamente

(O aqui declarado não prejudica a aplicação do regime de incompatibilidades, impedimentos e inibições previsto nas disposições reguladoras de conflitos de interesses resultantes do exercício de funções públicas, nomeadamente quanto a garantias de imparcialidade previstas na Lei 12-A/2008 de 27 de fevereiro e no Código do Procedimento Administrativo, bem como, quando aplicável, não prejudica a declaração de interesses dos profissionais de saúde exigida em situações específicas de apreciação casuística e o cumprimento das obrigações de transparência e publicidade previstas no Estatuto do Medicamento, aprovado pelo DL 176/2006, de 30 de agosto, na versão atual)

Viana do Castelo, 2 de janeiro de 2025

epidemiológicos.

(Assinatura)









(artigo 4.º do Decreto-lei n.º 14/2014, de 22 de janeiro)

Os dados recolhidos são processados automaticamente e destinam-se à gestão dos processos relativos ao regime jurídico das incompatibilidades dos membros das comissões de grupos de trabalho, de júris de procedimentos pré-contratuais, e consultores que apolam os respetivos júris, ou que participam na escolha, avaliação, emissão de norma: e orientações de caráter clínico, elaboração de formulários, nas áreas do medicamento e do dispositivo médico no âmbito dos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde, independentemente da sua natureza jurídica, bem como dos serviços e organismos do Ministério da Saúde. O seu preenchimento é obrigatório. Os titulares dos dados podem aceder à informação que lhes respeite e solicitar por escrito, junto da estabelecimento, serviço ou organismo, no qual a comissão, o grupo de trabalho ou o júri funcione, a sua atualização e correção. Os dados recolhidos são publicados na página eletrónica do estabelecimento, serviço ou organismo, no qual a comissão, o grupo de trabalho ou o júri funcione, devendo ser atualizado no início de cada ano civil e conservadas na página eletrónica da entidade durante o período de funcionamento da

1. Identificação da pessoa que Nome: Uc Holio	e se encontra abrangida p de Sá Lones	pelo objeto do Decreto-lei n.º14/2014, de 22 de janeiro (artigo 1.º,
2. Identificação da situação qu	Je se encontro incode	

2. Identificação da situação que se encontra inserida no âmbito do Decreto-lei n.º 14/2014, de 22 de janeiro (ortigo 2.º) Identificação da situação: ponto 1, alínea b) artigo 2º

Identificação do Estabelecimento, serviço ou organismo onde se verifica a situação: ULSAM

Duração da situação (início/fim): 02-janeiro-2025 a 31- dezembro-2025

3. Observações:

4. Declaração
Declaro não estar abrangido pelas incompatibilidades previstas no artigo 3.º do Decreto-lei n.º14/2014, de 22 de
Não exerço funções remuneradas, regular ou ocasionalmente, em empresas produtoras, distribuidoras ou vendedoras de medicamentos ou dispositivos médicos. Entende-se por exercício de funções em tais empresas a prossecução direta de atribuições conforme o objeto social ou a atividade organizadas pelas mesmas, nem a participação em ensaios clínicos ou estudos científicos no âmbito da respetiva atividade. X Não sou proprietário nem detenho interesses na propriedade de empresas produtoras, distribuidoras ou vendedoras de medicamentos ou dispositivos médicos. Entende-se por propriedade e detenção de interesses na propriedade de tais empresas a titularidade de quaisquer participações socials ou de quaisquer interesses com expressão pecuniária, acessíveis ou resultantes do respetivo objeto social ou atividade económica, de forma direta ou por interposta pessoa. Não sou membro de órgão social de sociedade científica, associação ou empresa privada, as quais tenham recebido financiamento de empresa produtora, distribuidora ou vendedora de medicamentos ou dispositivos total superior a 50 000 EUR. Entende-se como membro de órgão social o que se encontrar em efetividade de funções, com mandato não suspenso. Não se entende em efetividade de funções o membro de órgão social que tenha expressamente renunciado ao cargo e notificado formalmente em Entende-se como financiamento, toda a captação de recursos que origine fluxo financeiro, de bens ou vantagens com expressão pecuniária, que não seja, formal e expressamente, por via de contratualização ou meio equivalente, dirigida à realização dos fins epidemiológicos.

(O aqui declarado não prejudica a aplicação do regime de incompatibilidades, impedimentos e inibições previsto nas disposições reguladoras de conflitos de interesses resultantes do exercício de funções públicas, nomeadamente quanto a garantias de imparcialidade previstas na Lei 12-A/2008 de 27 de fevereiro e no Código do Procedimento Administrativo, bem como, quando aplicável, não prejudica a declaração de interesses dos profissionais de saúde exigida em situações específicas de apreciação casuística e o cumprimento das obrigações de transparência e publicidade previstas no Estatuto do Medicamento, aprovado pelo DL 176/2006, de 30 de agosto, na versão atual)

Viana do Castelo, 2 de janeiro de 2025

Lehdie Leges
(Assinatura)